





Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o incluso Projeto de Lei que "DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO E UNI-FORMIZAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 16.710, 21 DE DEZEMBRO DE 2018, ".

A propositura tem como objetivo promover ajuste na Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 3 2018, que dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo, compatibilizando-o com a Lei Complementar nº 298, de 23 de dezembro de 2022, que trata do Regime de Previdência Complementar s (RPC) Estadual e da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-Prevcom).

Com a alteração, suprime-se a CE-Prevcom da estrutura orgânica do Poder Executivo, por di sua natureza privada e pela peculiaridade de suas atribuições e funcionamento. Ressalta-se que essa exclusão já havia sido promovida na Lei Complementar Estadual nº 298, de 2022, o que não foi, por equívoco, reproduzido na alteração feita pela Lei n.º 16.710, de 2018, na redação da Lei n.º 18.310, de 3 17 de fevereiro de 2023.

Por todo o exposto, convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar a valiosa colaboração no encaminhamento desta matéria, com a devida brevidade.

boração no encaminhamento desta matéria, com a devida brevidade.

Na certeza de que essa digna Presidência adotará as medidas necessárias ao encaminhamento da presente mensagem, cuja proposição é relevante para a uniformização das normas estaduais vigentes, apresento-lhe meus votos de elevado apreço e consideração, extensivos a seus dignos pares.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 2023.

Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

A Sua Excelência o Senhor Deputado Evandro Sá Barreto Leitão Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará





PROJETO DE LEI

ALTERA A Nº 16.718, 21 DE DEZEMBRO DE SUR O MODELO DE GESTÃO DO PODER EXECUTIVO E SOBRE A ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO SESTADUAL.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ decreta:

Art. 1º Fica revogado o subitem 2.2.2, do inciso II, do art. 6º, da Lei n.º 16.710, de 21 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Lei entrerá em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aces de de 2023.

Elimanda e Treitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ